

## CONSELHO FISCAL DO IPREMB

### REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO IPREMB

Aos 07 dias do mês de março de 2017, às 14 horas na Sala de Reunião do Instituto de Previdência Social do Município de Betim - Ipreamb, situada à Avenida Amazonas, 1354, 4º andar, Bairro Brasileira – Betim, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal– CF, nomeados conforme o Decreto nº. 37625 de 20 de março de 2015, dentre os quais: 1) Gilmar José Jerônimo– titular representante do Poder Executivo e Presidente do CF; 2) Robson Marcos de Alcântara – titular representante do Poder Executivo; 3) Raimundo Rogério Lima – titular representante do Poder Executivo; 4) Margareth Melo Rezende Butori – titular representante do Poder Legislativo; 5) José Roberto Pereira Araújo – suplente representante dos servidores ativos do quadro setorial da Saúde (SINDSAÚDE) e 6) Paulo Nogueira Fortes – titular representante dos servidores inativos e pensionistas (Ipreamb). A conselheira Inez Maria Pongelupe – titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação justificou a ausência. Pelo IPREMB; a senhora Camila Francisca Nolasco – Chefe de Divisão de Contabilidade; a senhora Isabela Lara Ferreira– Auditora e Controle Interno; o senhor Rômulo Ernane Batista Silva – Chefe de Divisão de Investimentos e Presidente do Comitê de Investimentos – Cominv e a senhora Darlene Rocha Nunes Rodrigues, que foi designada pelo Presidente do CF para secretariar o Ato. Determinou-se como pauta: 1) Balanço 2016; 2) Relatório de Gestão 2016 e 3) Carteira de Investimentos. O Presidente do CF Gilmar inicia a reunião agradecendo a presença de todos e comenta que esta será a última reunião deste mandato. A mesma tratará do Relatório de Gestão 2016 que é um resumo dos relatórios recebidos durante as reuniões corriqueiras do exercício anterior. Passa-se a palavra para a auditora Isabela que inicia a fala comentando a alteração na formatação do relatório de gestão em que foi retirada a logomarca da instituição, conforme solicitado. O conselheiro Robson diz que tem entendimento que documentos oficiais devem conter o brasão do município e sugere consulta com o jurídico do Ipreamb. A chefe de Divisão de Contabilidade Camila diz que irá verificar. Acrescenta que ela e a auditora Isabela farão a explanação do relatório conjuntamente com o Balanço 2016. A auditora Isabela informa que houve algumas alterações no relatório de gestão encaminhado por e-mail a todos os membros do conselho após solicitação do presidente do CF Gilmar, que compareceu a sede do Ipreamb para debater o assunto. Entre as alterações, foi incluído o quantitativo de processos administrativos abertos em 2016, são eles: 263 de aposentadoria, 54 de pensão e 25 entre contratos e convênios administrativos. Informa que o relatório segue a Instrução Normativa 09/2008 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG. Os processos mencionados foram auditados por amostragem e não houve irregularidades a ponto de torná-los ilícitos. A chefe de Divisão de Contabilidade Camila fala que o relatório demonstra o balanço 2016 de forma detalhada e descritiva. Comenta que há 4 (quatro) balanços principais: patrimonial, financeiro, orçamentário e demonstrações das variações patrimoniais – DVP. A auditora Isabela relata quanto à gestão orçamentaria que houve previsão de receita para 2016 de R\$ 319.387.000,00 (trezentos e dezenove milhões, trezentos e oitenta e sete mil reais), sendo realizado R\$ 238.638.962,65 (duzentos e trinta e oito milhões, seiscentos e trinta e oito mil, novecentos e sessenta e cinco reais). A previsão de despesa foi exatamente o valor da previsão de receita gerando equilíbrio financeiro e orçamentário, sendo que a despesa realizada foi de R\$ 106.880.634,90 (cento e seis milhões, oitocentos e oitenta mil, seiscentos e trinta e quatro reais e noventa centavos) gerando um superávit de R\$ 131.758.327,75 (cento e trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, trezentos e vinte sete reais e setenta e cinco centavos). Em relação à gestão financeira e patrimonial a soma do ativo circulante e ativo não-circulante foi de R\$ 969.387.784,79 (novecentos e sessenta e nove milhões, trezentos e oitenta e sete mil, setecentos e oitenta e quatro reais e setenta e nove centavos). Já o soma do passivo circulante e passivo não-circulante foi de R\$ 1.272.227.008,33 (um bilhão, duzentos e setenta e dois milhões, duzentos e vinte sete mil, oito reais e trinta e três centavos). Estes valores apontam um déficit patrimonial de R\$ 302.839.223,54 (trezentos e dois milhões, oitocentos e trinta e nove mil, duzentos e vinte e três reais e cinquenta e quatro centavos) e provisão matemática de R\$ 1.270.013.344,60 (um bilhão, duzentos e setenta milhões, treze mil, trezentos e quarenta e quatro reais e sessenta centavos). A chefe de Divisão de Contabilidade Camila apresenta o balanço financeiro que especifica a receita orçamentária que contempla as receitas patrimoniais, as receitas de contribuições, os repasses financeiros, os consignados e o saldo do exercício

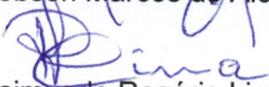
anterior. O exercício de 2016 iniciou com um saldo de R\$ 830.819.460,39 (oitocentos e trinta milhões, oitocentos e dezenove mil, quatrocentos e sessenta reais e trinta e nove centavos) e encerrou com saldo de R\$ 969.108.326,45 (novecentos e sessenta e nove milhões, cento e oito mil, trezentos e vinte e seis reais e quarenta e cinco centavos). O presidente do CF Gilmar questiona o motivo do balanço não informar a dívida do município. A chefe de Divisão de Contabilidade Camila esclarece que o mesmo é registrado em um documento anexo ao balanço. Em 2015 o saldo da dívida era de R\$ 456.937.860,43 (quatrocentos e cinquenta e seis milhões, novecentos e trinta e sete mil, oitocentos e sessenta reais e quarenta e três centavos) referente a 6 (seis) parcelamentos e fechou 2016 com o saldo da dívida em R\$ 581.288.640,06 (quinhentos e oitenta e um milhões, duzentos e oitenta e oito mil, seiscentos e quarenta reais e seis centavos) referente a 8 (oito) parcelamentos, ou seja, em 2016 houve acordo de novos 2 (dois) parcelamentos. A conselheira Margarete pergunta se os parcelamentos foram pagos em dia. A chefe de Divisão de Contabilidade Camila informa que os meses de novembro e dezembro de 2016 não foram pagos no exercício anterior. Acrescenta que a PMB tem até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente para efetuar o repasse patronal, ou seja, até o dia 15 de janeiro para pagar o mês de dezembro e até o 5º (quinto) dia útil para o repasse da contribuição do servidor. A auditora Isabela apresenta o quadro de DVP que demonstra o resultado final do exercício. Informa que foram gastos R\$ 2.921.167,33 (dois milhões, novecentos e vinte e um mil, cento e sessenta e sete reais e trinta e três centavos) com despesa de pessoal. Informa ainda que, não houve aplicação de recursos para alienação, não foram inscritos restos a pagar, não detectou nenhum dano ao patrimônio e os processos administrativos e sindicâncias não foram relacionados a atos ilícitos. Todos os relatórios contábeis foram apresentados ao TCE/MG através do SICOM/2016. Em 2016, o Instituto adotou algumas medidas para maior acessibilidade e atualização da sua base cadastral, entre elas o recadastramento/prova de vida dos servidores inativos e pensionistas que passou a ser feito em qualquer agência do Banco do Brasil em território nacional e a inicialização do censo previdenciário dos servidores ativos que está em fase de conclusão e até o momento aguarda o comparecimento de aproximadamente 2 (dois) mil servidores. O chefe de Divisão de Investimentos Rômulo informa que o censo será prorrogado para nova busca destes servidores e conforme prevê o decreto que trata do censo o servidor que não atender à chamada terá seu pagamento suspenso. A auditora Isabela retoma a palavra e apresenta o quadro de receita orçamentária. Chama a atenção para a receita patronal em que foi previsto um valor de R\$ 67.067.000,00 (sessenta e sete milhões e sessenta e sete mil reais) e o montante arrecado ficou 1.373.381,34 (um milhão, trezentos e setenta e três mil, trezentos e oitenta e um reais e trinta e quatro centavos). O presidente do CF Gilmar acrescenta que mensalmente a PMB gasta em torno de 5 (cinco) milhões de reais por mês somente com os parcelamentos. Lembra que o primeiro parcelamento, referente a confissão de dívida, fechou com um saldo devedor em 2016 de 408.406.446,82 (quatrocentos e oito milhões, quatrocentos e seis mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e oitenta e dois centavos). A auditora Isabela informa que o cálculo atuarial, apontou um déficit técnico de R\$ 829.815.490,84 (oitocentos e vinte e nove milhões, oitocentos e quinze mil, quatrocentos e noventa reais e oitenta e quatro centavos). O conselheiro Robson comenta que anualmente é realizado um plano de amortização para diminuir o déficit técnico atuarial visando também diminuir a alíquota patronal a longo prazo. O presidente do CF Gilmar pergunta se há alguma consideração por parte dos membros do conselho sobre o relatório de gestão. Não há manifestações. O presidente do CF Gilmar abre votação de aprovação do relatório de Contas anuais 2016. O relatório é aprovado por unanimidade pelos conselheiros presentes: Gilmar, Robson, Raimundo Rogério, Margareth, José Roberto e Paulo e com respaldo da chefe de Divisão de Contabilidade Camila e respaldo da auditora Isabela. Próximo item de pauta: Carteira de Investimentos. Passa-se a palavra para o chefe de Divisão de Investimentos Rômulo que comenta que a Divisão foi criada para dar suporte a todas as tomadas de decisões e ações que envolvem os investimentos, o que torna a dinâmica do Cominv mais efetiva. Apresenta as atividades da Divisão e ressalta os credenciamentos, até 2016 tinham validade de 6 (seis) meses e a partir de 2017 a vigência passou a ser de 1 (ano) ano conforme prevê a nova legislação da Previdência Social – PS que trata do assunto. Apresenta também o fluxograma da Divisão. Informa que havia uma consultoria contratada para dar suporte as decisões de aplicações e resgates e que será feita nova licitação para contratação de consultoria. Informa também que os membros do Cominv fazem viagens, quando necessário, para analisar os bancos de investimentos e conhecer as garantias que o mesmo oferece, além de participar de assembleias que tratam do futuro dos

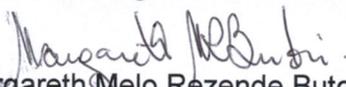
fundos. Em relação a carteira de investimentos, mostra um gráfico que aponta os percentuais dos investimentos em 31 de dezembro de 2016: 86,07% (oitenta e seis virgula zero sete por cento) dos recursos aplicados em renda fixa e 13,93% (treze virgula noventa e três por cento) aplicados em renda variável. Informa que está sendo feita uma adaptação na formatação dos novos relatórios, sendo que os relatórios referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2017 têm prazo até 30 de abril de 2017 para prestação de contas. A prévia do mês de janeiro aponta para um rendimento de aproximadamente 15 (quinze) milhões de reais, o maior rendimento entre todos os meses de janeiro. O presidente do CF Gilmar pergunta se nos últimos 2 (dois) meses foram feitas aplicações que geraram rendimentos espetaculares. O chefe de Divisão de Investimentos Rômulo informa que esta não é a intenção do Cominv. Por lei, determinação da Resolução n.º. 3922/2010 Bacen/CMN, e por questões profissionais e técnicas o Comitê de Investimentos adota um perfil conservador, o que na prática significa aplicar em fundos que buscam rendimentos que permita atingir a meta atuarial IPCA+6% (seis por cento). O conselheiro Robson comenta que o Instituto deve preocupar em dar continuidade a entrega de relatórios de investimentos, como prevê o regimento e não apenas seguir os prazos do PS. O chefe de Divisão de Investimentos Rômulo esclarece que o próprio PS estabelece prazos mensais para a prestação de contas, mas abriu exceção devido a mudança de governo ampliando o prazo para o envio das informações referentes ao mês de janeiro até 30 de abril de 2017. O mês de fevereiro não foi fechado pois aguarda o recebimento dos extratos de aplicações que acontecem até meados do mês subsequente. A conselheira Margareth comenta que há 57 (cinquenta e sete) aplicações. Pergunta se houve novas aplicações no exercício de 2017. O chefe de Divisão de Investimentos responde que houve muitas transferências de aplicações do tipo CDI para aplicações do tipo IRF-M. Aplicações com prazos de resgate vencidos são aportados em novos tipos de aplicações. Não houve aportes de renda fixa para renda variável, mas estão avaliando a possibilidade e melhor momento de fazê-lo. Com a tendência da taxa de juros em queda, conforme sinaliza o Copom, é preciso arriscar mais em renda variável para atingir a meta. O chefe de Divisão de Investimentos Rômulo apresenta a política de investimentos 2017 aprovada pelo CF e reforça que haverá algumas alterações, mas as mesmas deverão ser aprovadas pelo Conselho em reunião futura. O conselheiro Robson concorda com as alterações dentro da margem estipulada pela Resolução observando a meta atuarial. O presidente do CF Gilmar diz que a renda variável oferece mais riscos. O chefe de Divisão de Investimentos Rômulo esclarece que todo investimento apresenta riscos, inclusive a renda fixa. Comenta que a Resolução n.º. 3922/2010 Bacen/CMN proíbe aplicações diretas em ações o que impede investimentos em fundos arriscadíssimos. O Cominv entende que os limites da Política de Investimentos 2017 não estão adequados. A intenção é trabalhar com os limites determinados na resolução, se o conselho assim aprovar. Acrescenta que, palavras do presidente do CF Gilmar, os relatórios recebidos na gestão anterior apontavam alcance da meta atuarial no exercício de 2016. Porém foi realizada uma análise pela consultoria que presta serviço ao Ipremb que concluiu que a meta não foi cumprida. Todos os membros pedem acesso ao relatório conclusivo da consultoria. O conselheiro Robson pergunta se os relatórios anteriormente enviados ao conselho na última gestão apresentou resultados equivocados. O chefe de Divisão de Investimentos Rômulo esclarece que não existe maquiagem nas contas, mas divergência na interpretação dos resultados. Compromete-se a enviar o relatório do 4º (quarto) trimestre aos conselheiros, relatório este que aponta o não alcance da meta. Diante da situação está sendo feita nova análise para apuração dos fatos. O presidente do CF Gilmar entende que analisar o balanço inicial e final do ano de 2016, apontará os valores reais de rendimento e conseqüentemente se houve ou não o cumprimento da meta, observando o recebimento de parcelamentos e repasse patronal. Diz que é um assunto sério e que deve ser tratado com muito cuidado e apurado com prudência. O chefe de Divisão de Investimentos Rômulo diz que há um superávit financeiro e isto gera um saldo final maior. A análise deve ser feita levando em conta o efeito circulante e não circulante do fechamento de 2015 e 2016. Reforça que está sendo feita uma auditoria análise e até o momento não houve indícios de irregularidades. A questão é se os valores de rendimentos foram suficientes para atingir a meta atuarial. O conselheiro Robson pondera que a gestão anterior não teve tempo hábil para apresentar o relatório final de 2016. O chefe de Divisão de Investimentos Rômulo volta a sua apresentação e mostra novamente o gráfico que representa a posição da carteira e seus investimentos em renda fixa e renda variável. A meta atuarial deverá ficar em torno de 11% (onze por cento), pois o mercado está apontando para IPCA no Centro da meta (4,5% - quatro virgula cinco por cento).

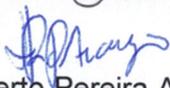
Encerra sua fala concluindo que o objetivo do Cominv é a partir do segundo semestre fazer aportes que garantam o alcance da meta. O presidente do CF Gilmar, em sua última reunião, pede para registrar em ata que este conselho não validou os relatórios referentes aos meses de janeiro e fevereiro. Tendo encerrada a pauta do dia e sem nada mais a acrescentar, segue com a presente Ata para registro e assinatura dos Conselheiros presentes.

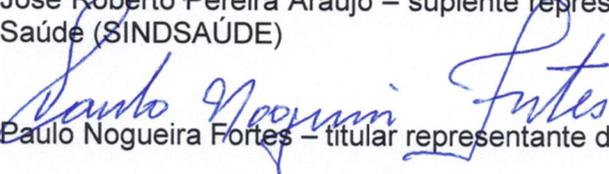
  
Gilmar José Jerônimo – titular representante do Poder Executivo e Presidente do CF

  
Robson Marcos de Alcântara – titular representante do Poder Executivo

  
Raimundo Rogério Lima – titular representante do Poder Executivo

  
Margareth Melo Rezende Butori – titular representante do Poder Legislativo

  
José Roberto Pereira Araújo – suplente representante dos servidores ativos do quadro setorial da Saúde (SINDSAÚDE)

  
Paulo Nogueira Fortes – titular representante dos servidores inativos e pensionistas (Ipremb)

Representantes do IPREMB

  
Camila Francisca Nolasco – Chefe de Divisão de Contabilidade

  
Isabela Lara Ferreira – Auditora e Controle Interno

  
Rômulo Ernane Batista Silva – Chefe de Divisão de Investimentos e Presidente do Comitê de Investimentos – Cominv

  
Darlene Rocha Nunes Rodrigues – Assessora Técnica e Secretária para o Ato.